A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE AVANÇO NEOLIBERAL: DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA

Este dossiê tem como base a pesquisa intitulada *"A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta"*, que dá continuidade aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Relação entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE). Organizado por Vera Maria Vidal Peroni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), Everton Bandeira Martins (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS) e Laura Rodríguez (Universidad Nacional de Luján – UNLu, Argentina), o dossiê resulta de investigações realizadas em redes nacionais e internacionais, voltadas à análise crítica das políticas educacionais e das disputas em torno da relação público-privada na educação.

O estudo foi conduzido por um grupo de pesquisadores nacionais e internacionais, parte dos quais contribuem diretamente para este dossiê. A investigação abrangeu sete países latino-americanos (Brasil, México, Uruguai, Argentina, Bolívia, Venezuela e Chile), situados em uma conjuntura histórica marcada pela presença de diferentes atores — incluindo o mercado, movimentos neoconservadores e neofascistas — na disputa pelo controle das políticas educacionais e dos recursos públicos (Rikowski, 2017). Foram analisados os processos nacionais, considerando suas características políticas, sociais e econômicas, com o objetivo de identificar particularidades e aspectos universais relevantes para a compreensão da dinâmica entre o público e o privado na educação latino-americana.

Assumindo como premissa teórico-metodológica que a política educacional se concretiza por meio da atuação de sujeitos vinculados tanto ao Estado quanto à sociedade civil, foram mapeados os principais agentes influentes na formulação de políticas educacionais na região. O conteúdo de suas propostas foi analisado, assim como as formas pelas quais diferentes processos de privatização impactam a democratização da educação. As redefinições de funções estatais e o avanço da privatização nos países estudados apresentam especificidades e semelhanças que foram objeto de análise detalhada. Este dossiê busca socializar essas particularidades analisadas no Brasil e nos demais países que compuseram a pesquisa.

Durante o desenvolvimento das pesquisas do GPRPPE, foram estabelecidos conceitos que contribuem para aprofundar as análises e compreender a diversidade de formas nos

processos de privatização do setor público. A relação entre público e privado integra o movimento histórico de determinado período do capitalismo (Peroni, 2018).

Nessa perspectiva, os termos público e privado são compreendidos como projetos societários em disputa (Peroni, 2016), permeados por classes sociais com correlações de força. O âmbito público está relacionado à promoção da igualdade, direitos sociais, democracia e interesse coletivo, enquanto o privado encontra associação com posturas de individualismo, meritocracia e competitividade (Peroni, 2020).

Outro aspecto relevante no estudo da relação entre público e privado, identificado ao longo da pesquisa, refere-se à identificação dos sujeitos envolvidos, suas interações e o conteúdo de suas propostas (Peroni, 2016). Vale destacar que o setor privado não se configura como uma abstração, mas sim como um conjunto de atores individuais e/ou coletivos (Thompson, 1981) que apresentam conteúdos específicos alinhados aos seus respectivos projetos societários, disputando a agenda educacional tanto no âmbito estatal quanto na sociedade civil.

Dessa maneira, observa-se que tanto a construção do público quanto os processos de privatização permeiam tanto o Estado quanto a sociedade civil. Assim como ocorre na sociedade civil, o Estado é composto por sujeitos com interesses de classe distintos, constituindo ambos espaços de disputas de poder e busca de hegemonia.

Nesse cenário, o dossiê reafirma a centralidade da análise crítica das políticas educacionais como parte das disputas mais amplas em torno do projeto de sociedade em curso na América Latina. Ao evidenciar a atuação de sujeitos privados (empresariais, filantrópicos e vinculados a redes transnacionais) e suas estratégias de influência sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais, os artigos reunidos explicitam os limites e os riscos impostos à democratização da educação pública. Ao mesmo tempo, apontam como essas dinâmicas se articulam a processos de reconfiguração do Estado, marcados pela racionalidade neoliberal, pela lógica da eficiência gerencial e pela naturalização da presença privada no interior das políticas públicas.

Ao reunir análises situadas em diferentes contextos nacionais, este dossiê contribui para fortalecer uma agenda de pesquisa comprometida com a defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. As reflexões aqui apresentadas não apenas ampliam a compreensão dos mecanismos contemporâneos de privatização do público, mas também reafirmam a necessidade de resistência teórica, política e coletiva frente aos processos de mercantilização da educação. Assim, o dossiê se insere no debate latino-americano

contemporâneo como um espaço de denúncia, problematização e produção de conhecimento crítico, orientado pela defesa da democracia e do direito social à educação.

A organização deste dossiê expressa uma trajetória acadêmica construída a partir de pesquisas em rede e do diálogo internacional no campo das políticas educacionais. Os organizadores possuem atuação consolidada em grupos de pesquisa e programas de pós-graduação de referência na América Latina com reconhecida produção científica sobre a relação entre o público e o privado na educação. O dossiê reúne autores vinculados a distintas universidades e centros de pesquisa latino-americanos, contemplando diferentes contextos nacionais e experiências históricas. Essa diversidade institucional, geográfica e teórico-analítica reforça o caráter internacional da proposta e amplia a compreensão das múltiplas formas pelas quais os processos de privatização e de reconfiguração do Estado incidem sobre a educação básica na América Latina, qualificando o debate sobre os desafios contemporâneos à democratização da educação pública.

O dossiê inicia com o artigo **"**La democratización como principio del Estado Plurinacional de Bolivia: la educación como parte de este proceso", de Jaqueline M. V. Bittencourt, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, Roberto Aguilar Gómez, da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), Bolívia, e Vera M. Vidal Peroni, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, analisa a construção do Estado Plurinacional da Bolívia, destacando a educação como elemento central desse processo de democratização social. A partir de um panorama histórico das lutas de resistência dos povos e nações indígenas, o texto evidencia as disputas em torno do direito à terra, à vida e ao reconhecimento da diversidade linguística e cultural no campo educacional. Ancorado no materialismo histórico-dialético e nas metodologias da educação comparada, da análise de redes e de fontes secundárias, o estudo examina as particularidades do contexto boliviano no movimento contraditório entre a ampliação de direitos sociais e os processos de privatização da educação na América Latina. Ao abordar a promulgação da Lei de Educação Avelino Siñani – Elizardo Pérez, o artigo sustenta que a constituição do Estado Plurinacional materializa uma correlação de forças favorável à democratização da sociedade, na qual a educação assume papel estratégico na superação de desigualdades historicamente produzidas, especialmente aquelas associadas às divisões raciais e territoriais entre áreas urbanas e rurais.

As discussões seguem com o artigo "El programa nacional 'Vouchers Educativos' y la orientación educativa del conservadurismo libertario en Argentina (2024–2025)", de María Betania Oreja Cerruti e Laura Roberta Rodríguez, ambas vinculadas à Universidad Nacional

de Luján (UNLu), Argentina, que analisa a implementação do Programa Nacional de Vales-Educação no contexto do governo de Javier Milei e suas implicações para a política educacional argentina contemporânea. O texto examina a criação do programa pelo Ministério do Capital Humano, que incorporou o antigo Ministério da Educação, destacando o mecanismo de transferência direta de recursos públicos às famílias com filhos matriculados na educação obrigatória em escolas privadas subsidiadas pelo Estado. A partir de dados oficiais, as autoras situam a política como parte de um processo histórico de aprofundamento da privatização da educação na Argentina, evidenciando seus efeitos na intensificação da segmentação do sistema educacional e na focalização das políticas sociais sobre setores empobrecidos da classe trabalhadora. O artigo articula essa medida à agenda educacional do conservadorismo libertário em sua versão nacional, contribuindo para a compreensão das reconfigurações contemporâneas das relações entre o público e o privado no campo educacional.

As discussões avançam com o artigo "Privatización del sistema de alimentación escolar: de política de Estado a cuasimercado", de Juan González López e Ricardo de Souza, vinculados à Universidad de Chile (Chile), que analisa o processo de privatização do Programa de Alimentação Escolar chileno, historicamente integrado ao Auxílio Escolar. A partir de uma abordagem genealógica, o texto reconstrói a constituição da alimentação escolar como política de Estado ao longo do século XX, evidenciando a atuação de diferentes sujeitos e disputas políticas em sua conformação. Em seguida, examina o desmantelamento dessas iniciativas durante a ditadura militar, momento em que o Estado é redefinido sob a racionalidade neoliberal, dando lugar à privatização do programa e à sua transformação em um cuasimercado. O artigo destaca os atores envolvidos e os significados assumidos pela política alimentar em distintos contextos históricos, particularmente no período pós-golpe, problematizando os limites da governamentalidade neoliberal e refletindo sobre a necessidade de reconstruir a alimentação escolar como uma política pública democrática, participativa e orientada pelo interesse coletivo.

O dossiê prossegue com o artigo "Estado, mercado e educação: notas problematizadoras do atual contexto educacional venezuelano", de Samuel Carvajal Ruiz e Neudis Serrano Funes, vinculados à Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR), de Venezuela, que analisa criticamente as dimensões sociopolíticas e educacionais que conformam o mercado educacional venezuelano contemporâneo. O texto examina a evolução histórica do sistema educacional, seus fundamentos e marcos normativos,

destacando a concepção da educação como direito humano e dever social, bem como o papel central do Estado na garantia da educação pública, gratuita e de qualidade. Ao problematizar os condicionantes endógenos e exógenos que atravessam a conjuntura venezuelana atual, os autores evidenciam como a prolongada crise política, econômica e social tem impactado a educação pública e favorecido o reposicionamento de processos de privatização por meios não convencionais. Ancorado na análise crítica documental e no levantamento sistemático de informações, o artigo contribui para compreender as reconfigurações contemporâneas das relações entre Estado, mercado e educação em um contexto marcado por disputas intensas e por efeitos diretos sobre os setores socialmente mais vulneráveis.

O dossiê avança com o artigo "Ação dos movimentos empresariais na América Latina: interlocução e disputa pela política educacional no Brasil, Uruguai e México", de Everton Bandeira Martins, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil, Alexandre José Rossi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, e Liane Maria Bernardi, vinculada ao Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Redes Educativas (GPRPPE/UFRGS), Brasil, que analisa a atuação de movimentos empresariais na disputa pelas políticas educacionais em três países latino-americanos. Com base no materialismo histórico-dialético, o artigo investiga a atuação de sujeitos privados individuais e coletivos, como o Todos Pela Educação, no Brasil, o ReachingU, no Uruguai, e o Mexicanos Primero, no México, buscando compreender suas formas de organização, interlocução com o Estado e estratégias de influência sobre a educação pública. A partir de uma pesquisa qualitativa e documental, que mobiliza sites institucionais, documentos públicos e materiais de imprensa, os autores evidenciam que os processos de privatização da educação se realizam por meio da direção, da execução ou da combinação entre direção e execução das políticas educacionais. O texto destaca, ainda, os mecanismos por meio dos quais esses movimentos constroem consensos junto à opinião pública em favor da ampliação da atuação do mercado na educação pública, contribuindo para compreender as disputas contemporâneas em torno da redefinição das fronteiras entre o público e o privado na América Latina.

O dossiê segue com o artigo "A educação como negócio: a inserção do Grupo Positivo na privatização e no controle da educação pública brasileira", de Juliana Selau Lumertz, vinculada à Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação (RME/SMED), Brasil, que analisa criticamente a atuação do Grupo Positivo na educação pública brasileira. A partir de um estudo de caso realizado no município de Gravataí, no estado do Rio Grande do Sul, o artigo examina como a inserção desse grupo empresarial

promove a mercantilização da educação e intensifica os processos de privatização do público, por meio da transferência de ativos e do fundo estatal destinado à educação para o setor privado. O texto evidencia que tais processos se materializam tanto pela apropriação direta de recursos públicos quanto pela introdução de modelos de gestão privada nas redes públicas de ensino, incorporando a lógica do mercado e o controle empresarial ao sistema educacional. Ao problematizar os impactos dessas estratégias, a autora sustenta que a comercialização da educação compromete sua função social, fragiliza a gestão democrática, centraliza decisões e limita a autonomia dos educadores, produzindo desigualdades no acesso à qualidade do ensino e enfraquecendo os princípios da democratização da educação pública.

O artigo "A reconfiguração do Instituto Ayrton Senna (IAS) e as implicações no exercício da gestão democrática da educação", de Luciani Paz Comerlatto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, e Márcia Ângela Patrícia, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil, analisa criticamente as implicações do conteúdo das propostas, programas e ações do Instituto Ayrton Senna para o exercício da gestão democrática da educação. A partir de uma abordagem qualitativa, ancorada em pesquisa documental e bibliográfica, o texto examina a reconfiguração institucional do IAS e sua atuação no desenvolvimento e monitoramento de políticas educacionais. O estudo mobiliza a categoria da contradição como eixo analítico, articulando os conceitos de sujeito coletivo, autonomia, democracia e ética, para evidenciar como a atuação do Instituto se constitui como uma força política alinhada à lógica do mercado e ao sistema capitalista. Ao problematizar esses processos, o artigo sustenta que a presença do IAS nas políticas educacionais opera em sentido contrário ao fortalecimento da gestão democrática, contribuindo para a consolidação de práticas gerencialistas que tensionam a autonomia das escolas e a participação coletiva na educação pública.

O artigo "Empresas educacionais e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático: uma análise de 2022 a 2024", de Thaís Godoi de Souza, vinculada à Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil, analisa a atuação de empresas educacionais no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e os volumes de recursos públicos destinados à aquisição de materiais didáticos no período de 2022 a 2024. A partir de uma pesquisa documental baseada nos editais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o texto identifica os principais grupos empresariais contemplados pelo programa e examina a destinação do fundo público da União às diferentes etapas e modalidades da educação básica. Os resultados evidenciam a expressiva

concentração de recursos em grandes conglomerados editoriais, como aqueles vinculados à holding Cogna, ao grupo espanhol Santillana e ao grupo Marista, muitos dos quais também atuam na oferta de Sistemas Privados de Ensino às redes públicas. Ao problematizar esses dados, o artigo contribui para compreender os mecanismos contemporâneos de privatização do público por meio do PNLD, destacando como a relação entre Estado e mercado no fornecimento de materiais didáticos reforça a centralização econômica e tensiona os princípios da democratização da educação pública.

O artigo "Relações entre o público e o privado na educação brasileira: a privatização na formulação e implementação de políticas", de Maria Raquel Caetano, vinculada ao Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), Brasil, analisa os processos contemporâneos de reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado na educação brasileira nas últimas décadas. A partir de pesquisa documental e do diálogo com estudos já realizados, o texto examina como, embora o Estado permaneça formalmente responsável pela oferta educacional, os processos educativos passam a ser crescentemente determinados por instituições e sujeitos que introduzem a lógica mercantil e gerencial no interior das políticas públicas. Os resultados evidenciam a intensificação da influência de grupos privados na formulação e na implementação das políticas educacionais, produzindo o esvaziamento da educação enquanto processo de construção coletiva e socialmente referenciada. Ao problematizar essas dinâmicas, o artigo contribui para compreender como a privatização do público altera o sentido da educação básica pública e tensiona os princípios da democratização e do direito social à educação.

O artigo "Estado, relações entre o público e o privado na educação: permanências autoritárias e limites da democratização", de Daniela de Oliveira Pires, vinculada à Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil, analisa os avanços e retrocessos da democracia brasileira, evidenciando as permanências históricas do autoritarismo, do patrimonialismo, do clientelismo e do coronelismo na configuração do Estado e suas implicações para a educação pública. A partir de análise bibliográfica e documental, o texto examina como a fragilidade da democracia no Brasil se expressa na persistente subordinação dos direitos sociais, entre eles a educação, a interesses privados que se sobrepõem ao caráter coletivo da esfera pública. O artigo recupera processos históricos como a ditadura civil-militar (1964–1985), sua transição incompleta e os limites da justiça de transição, destacando como essas continuidades autoritárias incidem sobre as reformas educacionais posteriores à Constituição de 1988, que passam a conviver com mecanismos de privatização e

mercantilização do ensino. Ao problematizar episódios recentes de instabilidade institucional, como o impeachment de 2016 e a tentativa de golpe em 2023, o texto sustenta que, enquanto persistirem a apropriação do espaço público pelas elites e os interesses privados hegemônicos, a educação pública permanecerá submetida à lógica de mercado, impondo limites estruturais à sua democratização.

Encerrando o dossiê, o artigo "Entre o fiscal e o pedagógico: como a renúncia de receitas e o empreendedorismo subordinam a educação infantil ao capital", de Maria Otilia Kroeff Susin e Monique Robain Montano, vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, analisa os interesses do capital e suas estratégias de recomposição no campo educacional, com foco na Educação Infantil. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo examina a renúncia de receitas e a difusão do empreendedorismo como mecanismos contemporâneos de privatização do público, evidenciando como o financiamento indireto, por meio de incentivos fiscais, transfere recursos do fundo público para fundações e institutos empresariais. Ao mesmo tempo, essas organizações passam a definir conteúdos, práticas e valores pedagógicos, introduzindo no currículo da Educação Infantil noções como competências socioemocionais, meritocracia e empreendedorismo. A partir da análise de legislações tributárias, relatórios da Receita Federal, materiais pedagógicos e produções acadêmicas, o artigo demonstra que tais processos reforçam a financeirização da educação, naturalizam a responsabilização individual e fragilizam o caráter público, democrático e igualitário da escola. Ao evidenciar a subordinação da Educação Infantil à lógica neoliberal, o texto sintetiza e aprofunda os debates do dossiê, reafirmando os limites impostos à democratização da educação desde seus primeiros anos.

As reflexões reunidas neste dossiê também exigem um aprofundamento teórico acerca da noção de autonomia, especialmente quando pensada no interior das disputas entre o público e o privado na educação. Nesse sentido, o debate ontológico desenvolvido por Martins, Moura e Silva (2024) contribui para compreender que a autonomia não se constitui como uma condição absoluta, mas como uma expressão historicamente situada e socialmente determinada. Conforme destacam os autores, a autonomia do ser social — e, por extensão, das instituições — é sempre relativa, uma vez que "o sujeito singular […] não pode ser, em última análise, separado de sua totalidade social concreta" (Martins; Moura; Silva, 2024, p. 241). Ao transpor essa compreensão para o campo educacional, evidencia-se que as instituições públicas de ensino não existem à margem das pressões sociais, políticas e econômicas, o que permite compreender como os processos contemporâneos de privatização operam não apenas

por mecanismos formais, mas também pela captura de sentidos, finalidades e formas de organização do público.

Os textos também demonstram que a privatização do público pode operar por vias indiretas, produzindo efeitos de heteronomia mesmo em instituições cuja missão pública é afirmada em seus marcos fundantes. O debate sobre autonomia, portanto, não se reduz a garantias normativas: ele se materializa em mecanismos decisórios, arranjos de participação e formas de governança capazes de abrir (ou limitar) a ingerência externa. Como alertam Martins, Montano e Peroni, é "no proceso de correlación de fuerzas y en la disputa por proyectos societarios vinculados al capital" que o privado "se ha organizado y fortalecido", com implicações profundas para a democratização (Martins; Montano; Peroni, 2024, p. 13). A síntese do dossiê reforça, assim, a necessidade de analisar criticamente as "portas de entrada" institucionais e políticas que normalizam a influência privada e reconfiguram, por dentro, o sentido público da educação.

Nesse sentido, o dossiê também evidencia que os processos de privatização do público não se restringem à transferência direta de recursos ou à presença explícita do mercado na oferta educacional, mas se materializam por meio de reconfigurações institucionais e normativas que tensionam os princípios democráticos e a autonomia das políticas públicas. Como assinalam Martins, Montano e Peroni (2024), a relação entre o público e o privado na educação deve ser compreendida para além da propriedade, constituindo-se como disputa entre projetos societários que se desenvolvem na correlação de forças entre Estado e sociedade civil. Essa perspectiva permite compreender como mecanismos aparentemente democráticos ou participativos podem ser capturados por interesses privados e conservadores, operando a mercantilização da educação e a subordinação do direito à educação a lógicas externas ao interesse público. Ao incorporar essa leitura, o dossiê reforça a necessidade de análises críticas que desvelem os modos sutis e estruturais pelos quais o capital se insere nas políticas educacionais, redefinindo seus sentidos, finalidades e formas de regulação.

Ao reunir análises teóricas e empíricas ancoradas em distintos contextos nacionais, este dossiê reafirma que a disputa em torno da educação pública na América Latina é inseparável das lutas mais amplas pela democracia, pela soberania dos Estados e pela garantia dos direitos sociais. Ao evidenciar a atuação de sujeitos privados, empresariais e transnacionais, bem como os mecanismos diretos e indiretos de privatização do público, os artigos aqui reunidos contribuem para desnaturalizar discursos de eficiência, neutralidade e modernização que sustentam o avanço do capital sobre a educação. Nesse sentido, o dossiê se

afirma como um espaço de produção de conhecimento crítico comprometido não apenas com a análise das políticas educacionais, mas com a defesa ativa da educação pública como direito social e como condição fundamental para a democratização das sociedades latino-americanas.

Ao reunir análises críticas que atravessam diferentes países, políticas e escalas de atuação, este dossiê reafirma a necessidade de compreender a educação básica como um campo estratégico de disputa na América Latina contemporânea. A defesa da educação pública, democrática e socialmente referenciada exige não apenas o desvelamento dos mecanismos de privatização do público, mas também a construção coletiva de alternativas políticas e pedagógicas comprometidas com a igualdade social, a justiça educacional e a soberania dos povos latino-americanos. Nesse sentido, o dossiê se coloca como contribuição ao fortalecimento de agendas críticas de pesquisa e de ação política que reconhecem a educação como direito social e condição fundamental para a radicalização da democracia.

Boa Leitura!

Vera Maria Vidal Peroni[1]
Everton Bandeira Martins[2]
Laura Roberta Rodríguez[3]

Referências

MARTINS, Everton Bandeira; MONTANO, Monique Robain; PERONI, Vera Maria Vidal. El avance privatizador en la educación básica brasileña: un análisis de los procesos de dirección y ejecución política. **Revista Intercambio**, v. 13, p. 12-17, 2024.

[1] Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde atua como docente no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Redes Educativas (GPRPPE/UFRGS)

[2] Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral no Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación (IISUE) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

[3] Professora adjunta ordinária no Departamento de Educação da Universidad Nacional de Luján (UNLu), Argentina. Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e mestre em Política e Gestão da Educação pela Universidad Nacional de Luján (UNLu), Argentina. Graduada em Ciências da Educação pela UBA e professora de História formada no Instituto Superior del Profesorado "Joaquín V. González".

MARTINS, Everton Bandeira; MOURA, Valdir Silva de; SILVA, Gabriel Lopes da. Autonomia universitária à luz da autonomia relativa de Lukács: uma análise da interação entre a universidade e a sociedade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, p. 1066-1081, 2024.

MARTINS, Everton Bandeira; SILVA, Gabriel Lopes da. A influência de setores privados e neoconservadores na escolha dos dirigentes universitários: implicações da relação público-privado para a autonomia universitária na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 21, p. e5907, 2024.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? **Movimento – Revista de Educação**, v. 5, p. 1-27, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.
DOI: https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.